



Território Federal do Amapá

DIÁRIO OFICIAL

Decreto nº 1, de 24 de Julho de 1964

Ano I. Número 166

Macapá 2ª-feira, 26 de Abril de 1965

DECRETOS

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 1455/65-SGT, e de acordo com a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, exarado no Processo nº 14349/61, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores,

RESOLVE:

Nomear, na forma do item II, do artigo 12, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Waldira Gonçalves Perinafort, para ocupar o cargo da classe de Professora de Práticas Educativas, nível 19, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotada na Divisão de Educação, a contar de 1º de março de 1965, em vaga existente no Quadro acima referido, em consequência da aposentadoria de Alfredo Oliveira.

Palácio do Governo em Macapá, 23 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Alceu Paulo Ramos
Resp. p/Exp. da Secretaria Geral

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1151/65-SGT,

RESOLVE:

Aposentar, na forma prevista nos itens III, dos artigos 176 e 178, ambos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Sebastião Pereira de Alencar, ocupante do cargo classe de Escrevente Datilógrafo, nível 7, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotado nos Serviços Industriais, a partir de 1º de abril de 1965.

Palácio do Governo, em Macapá, 20 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto
Alceu Paulo Ramos
Resp. p. Exp. da Secretaria Geral

ATOS DO PODER EXECUTIVO

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 6.433/64-SGT.,

RESOLVE:

Aposentar, na forma prevista no item I, do artigo 176, combinado com os de nºs 181 e 187, todos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Antonio de Brito, ocupante do cargo da classe «B», da série de classes de Mestre de Obras, nível 13, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotado na Divisão de Obras, a contar de 1º de Abril de 1965, em face de haver completado setenta (70) anos de idade.

Palácio do Governo, em Macapá, 31 de março de 1965.

Gen. Luiz Mendes da Silva
Governador

Roberto Rocha Souza
Secretário Geral

PORTARIAS

Nr. 241/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 1298/65-SGT,

RESOLVE:

Designar, Walter Batista Nery, ocupante do cargo da classe de Almoxarife, nível 16-B, do Quadro de funcionários Públicos do Governo deste Território, lotado no Serviço de Administração Geral, para substituir, como membro, Benjamin Meireles Muniz, Oficial de Administração, nível 12-A, lotado nos Serviços Industriais, na Comissão de Inquérito Administrativo incumbida de apurar as irregularidades praticadas pelas servidoras Raimunda Pedrosa da Costa e Maria Antonia da Silva, Serviciais, nível 5-A, lotadas na Divisão de Educação, instituída pela Portaria

nº 175/65-GAB, de 29 de março de 1965.

Palácio do Governo, em Macapá, 22 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Nº 242/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 1304/65-SGT,

RESOLVE:

Aplicar a Djard Macedo da Silva, ocupante do cargo da classe de Auxiliar de Portaria, nível 7-A, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotado na Divisão de Educação, dez (10) dias de suspensão, contados no período de 14 a 23 de abril de 1965, de acordo com o artigo 205, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em virtude de haver rasgado uma (1) folha de pagamento demonstrando falta de zelo, economia e conservação do material pertencente ao Governo, infringindo, desse modo, os itens VI e IX, do artigo 194, da Lei nº 1.711/52 e por necessidade de serviço, seja a presente penalidade convertida em multa, na forma do parágrafo único, do citado artigo 205.

Palácio do Governo, em Macapá, 22 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Nr. 243/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1.341/65-SGT,

RESOLVE:

Aplicar a Dagoberto Di Tomasso Pereira, ocupante do cargo da classe «A», da série de classes de Médico, nível 21, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo des-

te Território, lotado na Divisão de Saúde, a pena de suspensão por trinta (30) dias, contados no período de 14 de abril a 13 de maio de 1965, de acordo com o artigo 205, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em virtude de haver deixado de cumprir com os seus deveres funcionais e profissionais, de vez que, sem justa causa, se recusou a prestar assistência médica aos enfermos da localidade denominada «Fazendinha», situada na zona urbana de Macapá, em franco desrespeito as proibições consignadas nos itens IV, VI e VII, do artigo 194, da Lei nº 1.711/52, acima citada, e por conveniência do serviço seja a presente penalidade convertida em multa, na forma do parágrafo único, do mencionado artigo 205.

Palácio do Governo, em Macapá, 22 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Nr. 244/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 1.352/65 SGT,

RESOLVE:

Aplicar a Olavo Aires de Oliveira, ocupante do cargo de Trabalhador, nível 1, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotado na Divisão de Segurança e Guarda, vinte (20) dias de suspensão, contados no período de 14 de abril a 3 de maio de 1965, de acordo com o artigo 205, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em virtude de haver abandonado o posto de serviço para o qual fora escalado pelo Boletim Interno nº 51, demonstrando falta de responsabilidade no desempenho de suas funções, infringindo, desse modo, os itens I, II, VI e VII, do artigo 194, da Lei nº 1.711/52 acima referenciada.

Palácio do Governo, em Macapá, 22 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

(Continua na pág. nr. 421)

As Repartições Públicas Territoriais deverão remeter o expediente destinado à publicação neste DIÁRIO OFICIAL, diariamente, até às 13,30 horas, exceto aos sábados quando deverão fazê-lo até às 11,30 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 13,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, reassalvados, por quem de direito, rasuras e emendas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre atuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

EXPEDIENTE

Imprensa Oficial

DIRETOR-GERAL
AGOSTINHO NOGUEIRA DE SOUZA

DIÁRIO OFICIAL

Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial

MACAPÁ — T. F. AMAPÁ

ASSINATURAS

Repartições e Particulares:

Semestre	Cr\$ 2.000
Ano	Cr\$ 4.000
Número avulso	Cr\$ 20

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do endereço vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que as solicitarem no ato da assinatura.

O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 5,00, se do mesmo ano, e de Cr\$ 10,00, por ano decorrido.

Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA

SENHORES ACIONISTAS:

No cumprimento do que dispõe o item IV, do artigo 22, dos Estatutos da Companhia de Eletricidade do Amapá, a Diretoria da Empresa cumpre o dever de apresentar a Vossas Senhorias os seguintes documentos, relativos ao exercício de 1964.

1 — Relatório das atividades da Diretoria da Companhia de Eletricidade do Amapá, em função do projeto de aproveitamento do potencial hidráulico do rio Araguary.

2 — Balanço anual, com a síntese do patrimônio e do movimento financeiro do exercício.

3 — Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao seu movimento financeiro.

Ao ser iniciado este Relatório, cabe uma síntese da situação da Empresa, desde os seus fundamentos.

Pela Lei nº 2.740, de 2 de março de 1956, o Governo do Território do Amapá, foi autorizado a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA, sociedade de economia mista, destinada a construir e explorar os sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Amapá, inclusive e principalmente, pelo estímulo à criação de um parque industrial e pela participação nos empreendimentos que se fizerem necessários.

O referido estatuto legal fixou como objetivo principal da Companhia a construção do sistema Hidrelétrico do Paredão, nos termos do Decreto 37.761, de 23 de junho de 1961, salientando que, à medida das necessidades, a CEA deveria promover, na sua área de ação, o aproveitamento de outros sistemas de energia.

O sistema em apreço está sendo instalado sobre o rio Araguary (669 Kms de extensão, 1.200 m³/seg. de descarga média e 32 Km² a montante da usina) entre as localidades de Ferreira Gomes e Porto Grande, à margem da rodovia federal BR-15 e da Estrada de Ferro do Amapá e, aproximadamente, à jusante da Cachoeira do Paredão. Essa posição, os estudos técnicos consideraram excelente, idealmente ajustada às implicações sociais e econômicas do empreendimento.

Para a execução do objetivo, a Lei 2.740 autorizou ainda o Governo a transferir, a partir de 1956 até o exercício de 1980, toda a receita que vem auferindo do preço de arrendamento das jazidas de manganês da Serra do Navio.

Os atos constitutivos de sua organização, seus estatutos, regimento interno e demais peças de personalização legal, foram concluídos, de acordo com as leis das Sociedades Anônimas.

Em 1957 e 1958, foram realizados os trabalhos e estudos aerofotogramétricos, topográficos, hidrográficos, geológicos e geotécnicos, além da confirmação dos serviços de abertura da área de floresta.

Em 1958, dispendo de estudos e dados, foi completado o preparo da concorrência administrativa, objetivando a elaboração do projeto de usina. Essa concorrência foi vencida pela firma Grubima S. A. Concluído o projeto em 1959, foi realizada nova concorrência administrativa, desta vez para a construção e montagem da usina. A vencedora foi a Companhia Técnica Internacional — Techint, com quem a CEA assinou contrato.

Somente em 1962, as obras tiveram o seu desenvolvimento, sendo que cerca de 15% do seu volume total foram construídos. Em seguida, o contrato com a Techint foi modificado por dois contratos aditivos. O resultado dessa medida, notadamente em relação ao segundo aditivo, veio onerar fortemente a CEA.

Desse modo, o ano de 1963, é o próprio relatório da Diretoria anterior que o diz, dividiu-se em três fases: a 1a. — de 1º de janeiro a 31 de março, intensamente produtiva; a 2a. — de 1º de abril a 31 de julho, demarcada pelo 2º Termo Aditivo, teve suas atividades frenadas pela impossibilidade de manter o latramento; e a 3a., que foi até 31 de dezembro, foi assinalada pelo que foi denominado «regime de compasso e espera».

Este, em síntese, o quadro das atividades da Empresa, desde a criação da CEA, até o fim do exercício de 1963.

Ao ser iniciado o exercício de 1964, a projeção das obras os estágios de desenvolvimento se encontraram interditados e nenhuma perspectiva estava aberta para a empresa, em caráter imediato. A situação era grave. Uma série de fatores negativos transformaram o quadro de esperança que inaugurou a CEA em quadro de falência, de descrédito.

O início do exercício foi marcado pela assinatura de um convênio entre a CEA e a ELETROBRAS, convênio que foi rescindido em junho de 1964, sem que se houvesse sentido os efeitos previstos.

O primeiro trimestre do ano, nada teve de digno a assinalar. A situação permaneceu a mesma.

Só um fato apenas pode ser assinalado como válido: a assinatura, em 14 de fevereiro, do contrato com a firma Marubeni Ltda Ltda, para o fornecimento das turbinas, geradores, sub-estações, transformadores e linhas de transmissão, na base de operação financiada, para pagamento em 10 anos, com carência de 36 meses e juros a 6% ao ano.

No mais, apenas gestões foram realizadas, à procura de recursos, para a cobertura das imensas despesas a que a CEA estava obrigada.

Instalada a nova administração territorial, a 15 de maio de 1964, já a 20 do mesmo mês, o Governo, na qualidade de maior acionista, iniciou entendimentos com a SPVEA para o prosseguimento das obras, fundamentando com positivos argumentos a necessidade imediata da execução dos cronogramas de trabalho que vinham sofrendo

injustificáveis retardamentos, com reflexos danosos para o desenvolvimento regional.

A situação do país porém veio exigir outro tipo de ação mais consentânea com a realidade nacional.

Assim é que, em 29 de maio foi convocada uma reunião de cúpula, pelo Gabinete do Ministério de Minas e Energia, à qual compareceu o Governador do Território, Representantes da Eletrobrás, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, da ICOMI, da SPVEA e da CEA e do Ministério de Minas e Energia, que coordenou o encontro, cujo objetivo era o estabelecimento de normas que permitissem a conclusão da usina hidrelétrica do Paredão.

Dessa reunião resultou um grupo de trabalho, composto de representantes da Eletrobrás, BNDE, CEA e ICOMI, coordenados pelo Dr. Emilio de Mattos, do Ministério de Minas e Energia, a fim de atualizar o orçamento das obras civis da Usina e estabelecer as origens e os montantes dos recursos necessários ao projeto, tendo em vista que o sistema compreenderá, em síntese, o seguinte:

a primeira etapa, com a instalação de uma turbina, para a produção inicial de 20.000 HP. Compreende, também, parte das obras civis definitivas do projeto.

a segunda etapa, quando a capacidade da usina será elevada para 72.000 HP, ou seja, potencial superior a 3,6 a instalada na primeira etapa, quando serão adquiridas e instaladas 10 comportas de fundo e elevado o coroamento das barragens para a cota final, possibilitando o aproveitamento da queda de 23 metros.

a terceira etapa, quando a obra será completada com a instalação sucessiva das demais unidades, totalizando uma potência de 180.000 HP.

O custo total das obras civis a realizar, levando-se em consideração o índice inflacionário, é da ordem de Cr\$ 17.472.200 milhões.

O equipamento a ser importado soma US\$ 3.152.430, pagos segundo esquema de desembolso.

Do montante em cruzeiros, foram executados até setembro de 1964, obras e serviços do valor de Cr\$ 2.900 milhões. De seus próprios recursos pode ainda a CEA investir, até 1967, mais Cr\$ 4.183 milhões, elevando-se assim sua capacidade inversora, até aquele ano, no total de Cr\$ 7.083 milhões, precisando portanto de uma complementação de recursos da ordem de Cr\$ 11.530 milhões, para suprir despesas orçamentadas.

Sem essa complementação de recursos, os ingressos dos royalties, deduzidos os valores imprescindíveis para a existência normal da Companhia, só lhe permitiriam reunir, ao longo de vários anos, as quantias indispensáveis à simples primeira etapa do projeto.

A fim de encontrar a solução para o problema foi que se organizou o grupo de trabalho anteriormente mencionado, que estabeleceu o seguinte esquema:

Fontes	Total a realizar	2º Semestre/1964	1º Semestre/1965	2º Semestre/1965	1º Semestre/1966	2º Semestre/1966
S.P.V.E.A.	2.500	410	500	690	400	400
M. M. ENERGIA	3.500	750	750	750	1.250	—
ELETOBRÁS	2.000	—	750	750	500	—
B.N.D.E.	1.500	750	—	750	—	—
ROYALTIES	4.183	1.000	500	1.000	700	983
ICOMI	2.000	700	400	300	500	100
TOTAL	15.683	3.610	3.000	4.240	3.350	1.483

Estabelecido o esquema, o grupo de trabalho recomendou a rescisão do contrato com a Techint, de forma amigável, o que daria uma economia estimada em

15% sobre a mão de obra — Cr\$ 268 milhões
 25% « equipamentos — « 837 «
 53% « serviços Techint — « 1.685 «

— Total 2.790 milhões

Aquela altura, o Grupo de Trabalho, apresentou as seguintes observações:

a) SPVEA — A verba de Cr\$ 410 milhões, para 1964 já está incluída no orçamento dessa Superintendência para o referido ano, conforme Ofício GS-0-0047 da SPVEA. Pelo

mesmo Ofício foram comprometidos os recursos de Cr\$. 1.290 milhões para 1965 e de Cr\$ 800 milhões para 1966. Sabe-se, outrossim, que a verba para 1965 já foi incluída no anteprojeto de orçamento da SPVEA, para o referido ano.

b) M. M. E. - Em consequência do Projeto de Lei 1.176/63 solicitando um crédito especial de Cr\$-1.500 milhões, destinados à complementação de recursos para construção da Usina "Coaracy Nunes", da CEA, foi ordenada sua liberação por adiantamento, de acordo com as possibilidades do Tesouro Nacional. Até a presente data, foram colocados à disposição da M. M. E. Cr\$-750 milhões. (Avisos ao B.B. nºs GB/16 de 10/1/64 e GB/145 de 2/3/64).

c) ROYALTIES - Foram estimados, para o período de construção, na mesma base de 1964. Preferiu-se adotar uma estimativa conservadora, face às possíveis flutuação do mercado do manganês.

d) ELETROBRÁS - Esta concordou, na reunião de 29/5/64, em participar, dentro de suas disponibilidades, de esquema financeiro.

e) B. N. D. E. - Foi aprovado, em 7/3/64, o financiamento de Cr\$-1.500 milhões, estando este em fase de contratação. Foi prevista a utilização de Cr\$-750 milhões em 1964.

f) ICOMI - Comprometeu-se em participar com Cr\$-1.000 milhões, carta 997 de 7/11/63, ao Governo do Amapá, concordando, contudo, em princípio, em aumentar sua participação, desde que seja montado, com as garantias possíveis, um esquema financeiro capaz de fazer face às necessidades de recursos para a conclusão da obra.

Outro fato de relevo ocorrido durante o exercício, foi a Assembléia Geral Extraordinária de 22 de agosto, na qual foi aceito o pedido de renúncia da Diretoria anterior e eleitos os atuais dirigentes da Companhia.

Também merece referência a Assembléia Geral de 15 de dezembro, que modificou os Estatutos da Companhia, aceitou a renúncia do Presidente José Mesquita Magalhães, em consequência do que fossem eleitos os atuais Diretor Presidente e Diretor-Administrativo.

Na referida reunião foram levados ao conhecimento dos Acionistas, aspectos do acordo amigável celebrado entre a CEA e a Techint, quando esta concordou em rescindir o contrato que foi assinado com a empresa, recebendo apenas a quantia Cr\$-800 milhões, entregando ainda para o patrimônio da CEA todo o maquinário, viaturas e materiais existentes no Canteiro de Obras do Paredão e no Almoarifado. Em face do que ficou aprovado, a rescisão seria feita.

Também a Grubima concordou com a CEA em aceitar apenas Cr\$ 9 milhões para a liquidação de seus créditos.

Em face dessas gestões, modificou-se o quadro da situação da Companhia. Em 22 de agosto a Diretoria atual recebeu um quadro de pessoal com 320 pessoas. Enquanto isto, o quadro da Techint, composto de 404 servidores, foi dispensado em sua totalidade, quando da rescisão do contrato, no dia 21 do mês que hoje termina.

CONCLUSÃO: O trabalho desenvolvido pela Companhia, como se depreende do presente Relatório, não pode ser visualizado pelo público, não aparece no campo, não aflora em termos de obras em concreto. Teve a preocupação de salvar o empreendimento, de estabelecer diretrizes, de criar meios para assegurar o futuro. Neste ponto vale mencionar com ênfase a participação do Governo, pela atividade dinâmica, o interesse permanente e o esforço realizado pelo Secretário Geral Roberto Rocha Souza, a quem se deve a parte maior, o mais amplo do êxito das negociações feitas para restabelecer o empreendimento.

Os fatos descritos, sob a imposição da síntese e da discrição, oferecemos à análise dos acionistas e daqueles que tem interesse nos objetivos sócio-econômicos da Empresa.

Chegando ao término desta exposição, a Diretoria da CEA, de público, reconhece o estímulo recebido de parte do Governador Luiz Mendes da Silva, do Secretário Geral Roberto Rocha Souza e de acionistas que num ou noutro momento, trouxeram para as assembleias a sua experiência, as suas opiniões e a sua palavra como contribuição à solução dos nossos problemas.

Também cumprimos o dever de apresentar os mais vivos agradecimentos aos ilustres membros dos Conselhos Fiscal e Consultivo, dos que realizaram as missões de assessoramento, aos funcionários e operários que receberam com magnífica compreensão as medidas tomadas em benefício do empreendimento, na hora difícil por que passava a Companhia de Eletricidade do Amapá.

(Continua na página 421)

Companhia de Eletricidade HIDRELÉTRICA

Av. Cora de Carvalho

RESUMO DO BALANÇO GERAL REALIZADO

ATIVO

2 — IMOBILIZADO

20 — BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇOS

20.0 — Fixo Intangível	51.657.232	
20.2 — Instalações p/ Produção — Mot. Comb. Interna — Macapá	32.120.945	
20.3 — Instalações p/ Produção — Mot. Comb. Interna — Paredão	17.954.542	
20.4 — Instalações de Transmissão	2.251.329	
20.5 — Instalações de Distribuição	6.273.068	
20.6 — Instalações de Distribuição — Consumidores	17.380.175	
20.7 — Instalações em Geral	61.338.478	
20.8 — Máquinas e Equipamentos p/ Construções	24.240.583	
20.9 — Semoventes	328.000	213.544.352

4 — DISPONÍVEL

40 — Caixas	4.585.681	
41 — Bancos	66.579.178	71.164.859

6 — REALIZÁVEL

60 — Contas a receber	27.322.407	
61 — Obrigações e Empréstimos a Receber	26.430.720	
62 — Devedores Diversos	29.056.113	
64 — Depósitos Especiais ou Caução	9.123.213	
65 — Almoxarifados	705.600.612	
68 — Títulos de Renda	6.200	797.539.265

5 — PENDENTE

50 — Débitos em Suspensão	47.100	
52 — Obras e Serviços em Andamento	3.821.868.310	3.821.915.410

9 — RESULTADO

90 — Lucros e Perdas		
Exercícios Anteriores	155.491.381	
Exercício Corrente	98.601.898	254.093.277
Subtotal		5.158.257.163

0 — COMPENSAÇÃO

01 — Ações Caucionadas p/ Diretoria	100.000	
02 — Obras e Serviços Contratados	885.398.588	885.498.588
		6.043.750.751

Alvaro Orbélio Novaes Coutinho

Diretor Presidente

Lindassy
Tec. Cont. Reg.

idade do Amapá — CEA**DARACY NUNES»****Macapá — Território Federal do Amapá****ZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1964****P A S S I V O****1 — INEXIGÍVEL**

10 — Capital	500.000.000	
11 — Reservas	<u>24.866.093</u>	524.866.093

3 — EXIGÍVEL

30 — Contas a Pagar	93.774.636	
31 — Obrigações a Pagar	100.000.000	
37 — Outros Créditos Correntes	<u>171.412.134</u>	365.186.770

5 — PENDENTE

51 — Créditos em Suspense	4.067.542.500	
53 — Auxílios p/Construções	200.000.000	
55 — Depósito de Consumidores	<u>661.800</u>	4.268.204.300
Sub-total		<u>5.158.257.163</u>

9 — COMPENSAÇÃO

01.0 — Caução da Diretoria	100.000	
01.2 — Contratos de Obras e Serviços	<u>885.393.588</u>	885.493.588
		<u>6.043.750.751</u>

Luiz Carlos Araújo Monteiro
Diretor Administrativo

seca Peres

-PA nr. 1397

Companhia de Eletricidade do Amapá

Usina Termoeleétrica — Fôrça e Luz — Macapá

Demonstração da Conta «Lucros e Perdas», referente ao exercício de 1964

90 — LUCROS E PERDAS

90.0 — RENDA BRUTA DA EXPLORAÇÃO

90.00 — Receita da Exploração

Serviço de Eletricidade

Cr\$ 63.361.644 — C

90.01 — Despesas da Exploração

Serviço de Eletricidade

Cr\$ 156.490.894 — D

Deficit

Cr\$ 93.129.250 — D

90.1 — Deduções a Renda Bruta

90.10 — Impostos e Taxas

Cr\$ 225.734

90.11 — Quota de Depreciação

Cr\$ 3.481.098

90.12 — Quota de Amortização

Cr\$ 1.800.811

Cr\$ 5.507.643 — D

Deficit

Cr\$ 98.636.893 — D

90.2 — RENDA ESTRANHA A EXPLORAÇÃO

90.20 — Receita Estranha a Exploração

Juros Bancários

Cr\$ 34.997 — C

Prejuízo verificado

Cr\$ 98.601.896 — D

LUIZ CARLOS ARAÚJO MONTEIRO

Diretor Administrativo

ALVARO ORBÉLIO NOVAES COUTINHO

Diretor Presidente

LINDASSY FONSECA PERES

Téc. Cont. Reg. CRC — PA n. 1397

PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.
Diretores da
Companhia de Eletricidade
do Amapá
Macapá — Território Federal do Amapá

Examinamos o Balanço Geral da Companhia de Eletricidade do Amapá, levantado com data de 31 de dezembro de 1964 e a correspondente demonstração de lucros e perdas referente ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com padrões de auditoria geralmente aceitos, incluindo provas dos registros contábeis, da documentação e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

As operações da sociedade, contabilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 1964, foram de natureza preponderantemente financeira, pois a sociedade prossegue em seu plano de obras, ampliando seus investimentos,

exceto a atividade acessória referente à operação das Usinas Termoeleétrica e de Fôrça e Luz de Macapá.

A sociedade manteve o critério adotado nos exercícios anteriores, diferindo para época oportuna a contabilização dos juros decorrentes dos investimentos de capital próprio, em obras, previstos no parágrafo 2º do artigo 159, do Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957.

Em nossa opinião, exceto quanto às possíveis repercussões do fato referido no parágrafo anterior, o balanço geral levantado em 31 de dezembro de 1964, e a correspondente demonstração de lucros e perdas traduzem, satisfatoriamente, em todos os demais aspectos, a posição financeira da Companhia de Eletricidade do Amapá e o resultado de suas operações, no período findo naquela data, de acordo com os preceitos de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em base consistente com o ano anterior.

São Paulo, 20 de abril de 1965

BOUCINHAS & CAMPOS

Contadores Públicos Certificados — I.C.P.S.P.

a) José da Costa Boucinhas — C.P.C.

Contador — CRC. SP. 10
Diretor

a) Eduardo Sampaio Campos — C.P.A.

Contador — CRC. SP. 5775
Diretor

Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Examinando a documentação relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 1964, que foi apresentada pela Diretoria

da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA, em obediência aos Artigos 127 do Decreto-Lei nr. 2.627, de 26 de setembro de 1940 e Decreto-Lei nr. 2.928, de 31 de dezembro de 1940, achamos que a mesma define com clareza a situação econômica-financeira da Companhia

Baseados nos exames efetuados e explicações suplementares fornecidas pela Diretoria e ainda no Parecer dos Auditores, opinamos favoravelmente pela aprovação do Balanço Geral e da Conta de Lucros e Perdas relativos ao ano de 1964, submetendo-os a elevada apreciação da Assembléia Geral da Companhia.

Macapá, 22 de abril de 1965.

Otávio Ribeiro de Andrade — Membro Efetivo.

Clark Charles Platon — Membro Efetivo

Francisco Severo de Souza — Membro Suplente.

(Conclusão)

Finalmente, a Diretoria da CEA assumir agora o compromisso de anunciar aos Acionistas e ao povo amapaense que a fase crítica, que os momentos de angústia foram superados. Já se pode sentir à mão a solução dos problemas. As ansiedades são agora de implantação dos programas, no exercício vindouro. Este ano foi demarcado por um trabalho de bastidores, por uma luta interna, que serão substituídos em 1965 pelo trabalho campal, pela ação agressiva e dinamizadora que abrirá clareiras de progresso.

Está salva a Companhia de Eletricidade do Amapá.

Voltou a fé no futuro do empreendimento. Nada mais do que isto poderia desejar a atual Diretoria que, ao término do ano de 1964, sente-se plenamente remunerada de todos os esforços realizados.

Macapá, T. F. do Amapá
31 de dezembro de 1964

ALVARO ORBÉLIO NOVAES COUTINHO
Diretor Presidente

LUIZ CARLOS ARAÚJO MONTEIRO
Diretor Administrativo

Companhia de Eletricidade

do Amapá — CEA

ASSEMBLÉIA GERAL

ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA, na forma da Lei e de acordo com o art. 30 de seus Estatutos, convoca os senhores acionistas para, no dia 30 de abril corrente, às 15 horas, em sua sede social, sito à Avenida Cora de Carvalho, s/nº, nesta Cidade de Macapá, Capital do Território Federal do Amapá, realizarem reunião de Assembléia Geral Ordinária, a fim de:

I — Tomar as contas da Diretoria referentes ao exercício de 1964;

II — Examinar e discutir o Balanço Geral da Companhia e o Parecer do Conselho Fiscal, sobre eles deliberando;

III — Proceder a eleição dos Membros do Conselho Fiscal e seus Suplentes, e do Conselho Consultivo, fixando-lhes os vencimentos e outras remunerações, vantagens ou gratificações, assim como dos Membros da Diretoria;

IV — Tomar as decisões julgadas convenientes aos interesses da Companhia e ao desenvolvimento de suas operações.

Macapá, 20 de abril de 1965.

Álvaro Orbélio Novaes
Coutinho

Diretor Presidente

LUIZ CARLOS ARAÚJO MONTEIRO
Diretor Administrativo

ATOS DO PODER EXECUTIVO

(Conclusão)

Nº 245/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 1303/65-SGT,

RESOLVE:

Aplicar a Maria da Conceição Fernandes Vale, ocupante do cargo da classe de Professora Auxiliar de Ensino Primário, nível 7, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotada na Divisão de Educação, dez (10) dias de suspensão, contados no período de 14 a 23 de abril de 1965, de acordo com o artigo 205, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em virtude de não vir cumprindo com os seus deveres funcionais, frente a direção do Grupo Escolar

«Professor José Barroso Tostes», infringindo, desse modo, os itens VI e VII, do artigo 194, da Lei nº 1.711/52, e por necessidade de serviço seja a presente penalidade convertida em multa, na forma do parágrafo único, do citado artigo 205.

Palácio do Governo, em Macapá, 22 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Nr. 246/65-GAB

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo nº 941/65-SGT,

RESOLVE:

Conceder a Henrique Duarte da Costa, ocupante do cargo da classe «B», da série

de classes de Desenhista, nível 14, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotado na Divisão de Terras e Colonização, trinta (30) dias de licença, a fim de frequentar e submeter-se ao exame Vestibular da Faculdade de Engenharia da Universidade do Pará, de acordo com o item IV, do artigo 161, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, sem perda dos vencimentos inerentes ao cargo que ocupa nesta Administração.

Palácio do Governo, em Macapá, 26 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Nr. 161-A/65-GAB

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do item I, do artigo 88, combinado com o artigo 92, todos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, licença para tratamento de saúde, em prorrogação, aos servidores: Florival Palheta de Mira, Servente, nível 5, sessenta (60) dias, contados no período de 28 de fevereiro a 28 de abril de 1965; e José Maria Chaves, Guarda Territorial, nível 8-A, trinta (30) dias, contados no período de 10 de março a 8 de abril de 1965; todos do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotados na Divisão de Segurança e Guarda.

Palácio do Governo, em Macapá, 30 de março de 1965.

Gen. Luiz Mendes da Silva
Governador do Amapá

Nr. 162-A/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 913/65-SGT,

RESOLVE:

Conceder a Maria Socorro Vasconcelos Benevides, ocupante do cargo da classe de Professora de Ensino Pré-Primário e Primário, nível 11, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotada na Divisão de Educação, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, contados no período de 18 de fevereiro a 19 de março de 1965, nos termos do item I, do artigo 88, combinado com o artigo 98, todos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Palácio do Governo, em

Macapá, 30 de março de 1965.

Gen. Luiz Mendes da Silva
Governador

Nr. 165-A/65-GAB.

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 4º, do Decreto-lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e tendo em vista o que consta do Processo número 1.155/65-SGT,

RESOLVE:

Conceder a Creuza de Souza Bordalo, ocupante do cargo da classe de Professora do Ensino Pré-Primário e Primário, nível 11, do Quadro de Funcionários Públicos do Governo deste Território, lotada na Divisão de Educação, trinta (30) dias de licença para assistir pessoa enferma da família, contados no período de 4 de março a 2 de abril de 1965, nos termos do item II, do artigo 88, combinado com os artigos 92 e 106, todos da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Palácio do Governo, em Macapá, 20 de abril de 1965.

Roberto Rocha Souza
Governador Substituto

Editais e Avisos

Associação dos Proprietários de Aparelhagens Sonoras do Amapá (APASA).

NOTA DE PUBLICAÇÃO

Pela presente, levo ao conhecimento do público em geral, que no dia 21 de abril de 1965, foi fundada oficialmente a Associação dos Proprietários de Aparelhagens Sonoras do Amapá — Apasa, Agremiação de caráter civil, tendo sido eleito para presidir os seus destinos o Sr. Lindomar de Oliveira Negry, o qual nomeou o seu secretariado que ficou assim constituído:

Vice-Presidente — Jefferson Peckolt Martins e Silva;

Secretário Geral — Ildomar Peres Nunes;

1º Tesoureiro — Othen Tóres Guimarães e;

2º Tesoureiro — Raimundo Clementino Nascimento.

Macapá, 22 de abril de 1965

Ildomar Peres Nunes,
Secretário Geral

Nota da Redação: — Por absoluta falta de espaço, deixou de ser publicada a nota em apreço, na data oportuna.

Prêço do Exemplar

Cr\$ 20

Prefeitura Municipal de Macapá

Departamento de Finanças
Serviço de Reccita
Secção de Rendas Tributárias
Impôsto Predial
Ano de 1965

A Secção de Rendas Tributárias comunica aos senhores contribuintes do Impôsto Predial, abaixo relacionados, que para efeito de conhecimento, torna público os lançamentos do corrente exercício — 1965.

NOME DO CONTRIBUINTE	VALOR DO IMP — CR\$
Orias Santos Ferreira	3.102
Francisco Chagas Colares	4.176
Alicio Rodrigues da Silva	1.838
Dirceu Pinto Mello	3.007
C. Matias	2.254
Orlandino dos Nunes Rosa	1.880
Juracy Ribeiro da Cunha	4.885
José Pereira Costa	6.754
Antônio Ferreira de Araújo	1.753
Miguel Nicolau Variss	4.384
Pedro Pereira de Carvalho	2.506
Jovelino Marques de Oliveira	3.552
Salomão Gomes Pinto	2.970
José Felipe da Cruz	2.351
Isac Berneguy	2.924
Francisco Santana Garcia	2.193
Ananisia dos Santos Oliveira	1.160
Maria Nery Macário	3.375
Lauro Siqueira Colares	2.320
Edmundo Frazão Viegas Souza	1.753
Raimundo Mello de Almeida	1.567
Mateus da Silva Nascimento	2.924
Crecêncio Ayres da Silva	2.038
Aécio Flávio de Oliveira Mota	2.005
Mirtes Miranda Pantoja	2.005
Augustinho Belo Pinheiro	3.758
Severino Marcelino dos Santos	1.154
Júlio Caldeiras das Chagas	1.880
Menar Monteiro Costa	4.682
Raimundo Clementino Lobato	1.180
Emília Moura	1.252
Osvalda Pereira Mello	1.504
João José da Silva	1.160
Hilda Corrêa Costa	4.404
Joaquim Ramos das Chagas	1.564
Nelson de Souza Amaral	1.725
Manoel Corrêa Bezerra	1.652
Maria Pereira dos Santos	2.254
José Maria Caxias da Silva	1.974
Ozório Levindo Costa	1.752
Damião Lima Barbosa	2.784
Florizano de Oliveira Nobre	2.819
José Pereira Dias	1.692
Hélio Lobato de Souza	2.412
Alice Pereira Nunes	3.340
Vinicius Mendonça Fonseca	3.007
Sebastião Dias	1.692
Ozônio Silva Araújo	3.007
Manoel Brasil	15.590

Departamento de Finanças
Serviço de Reccita Edital nº 001/65.
Secção de Rendas Tributárias
Impôsto de Licença para Localização e
Funcionamento — Ano de 1965

I. M. Maia	3.252
Walter Rodrigues Oliveira	2.236
Eustáquio Mendes Ferreira	836
C. P. Bentes & Irmãos	3.252

Irmãos Cantidlos Ltda.	5.512
Francisco Canindê da Silva	1.282
Eurico dos Santos Barbosa	1.726
Alexandre Alves Cruz	3.252
Matildes G. Miranda	708
Josephine Georgette Dimanche	708
Maria Margarida Monteiro	3.252
J. R. da Costa	3.252
Oliveira Cavalcante da Silva	3.252
C. P. Bentes & Irmãos	4.016
Maria Zilda da Silva Costa	2.236
Teodora da Silva Sandim	2.744
Manoel Lúcio da Costa	2.236
Rosa Pinheiro Ferreira	836
Dirceu Pinto Mello	4.016
Dirceu Pinto Mello	5.288
Oscar Souza e Silva	1.536
Francisco Holanda da Silva	708
Auto Soares Mendes	708
José Flexa da Costa	4.652
Liliosa Maciel Tavares	2.680
Luzia Duarte Vilhena	1.344
Vitoriano Gomes da Silva	1.344
Izidório Alves Santos	1.726
Martinho Pereira da Silva	708
Isabel Benjamim Costa	9.481
Walter Rodrigues de Oliveira	1.344
Simião Gomes de Moraes	1.346
Artur David de Souza	1.346
Mário Júnior Carvalho	708
Gregório Amoras Amanajás	1.726
Ary Barbosa Mira	2.744
Oscar Costa da Silva	1.472
Armando dos Santos Ribeiro	1.344
Raimundo Lopes da Costa	1.344
Alexandre Soares	1.344
José Mendes Coutinho	2.108
Pedro Honorato Mota	5.288
Manoel Lúcio da Costa	968
Gutemar Amanajás Amoras	1.344
Josima Goulart	19.280
Josima Lopes Goulart	3.594
Frederico dos Santos	1.218
Abelardo Gomes de Oliveira	708
Oliando Bastos Nunes	1.344
Francisco Moraes Souza	1.726
Celeste Mello de Oliveira	836
Inácio Ferreira Macêdo	710
Construtora Franco Brasileira	69.206
D. Moreira & Cia.	4.016
Maria Daise Coêlho	2.490
José Raimundo Alves	15.464
Oscar Souza Silva	7.832
Luiz Nogueira Dias	10.376
Antônio Praxedes Fonsêca	8.340
Antônio O. Valente	28.184
Adamor Primavera da Silva	3.252
João Almeida	3.252
José de Oliveira Valente	15.464
M. Matias & Cia.	2.488
Antônio Vasconcelos Penante	9.104
Manoel Pereira da Rocha	19.280
João dos Santos Rocha	1.726
G. F. da Costa	3.380

Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal
de Macapá, em 16 de abril do ano de 1965.

VISTO

Altair Cavalcante de Lemos
Diretor do D. F.

Raimundo Oliveira Alencar
Chefe do S.R.